

DEPENDÊNCIA E SUPEREXPLORAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: A PARTICULARIDADE DO CAPITALISMO BRASILEIRO

Dependence and overexploitation in Latin american: the particularity of Brazilian capitalism

Anna Raquel Andrade Gonzaga

Universidade Estadual da Paraíba (PPGSS/UEPB), João Pessoa,
PB, Brasil.

Mikaele De Vêras Matias

Universidade Estadual da Paraíba (PPGSS/UEPB), João Pessoa,
PB, Brasil.

Terçália Suassuna Vaz Lira

Universidade Estadual da Paraíba (PPGSS/UEPB), João Pessoa,
PB, Brasil.

Informações do artigo

Recebido em 01/08/2024

Aceito em 15/10/2024

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n262.p361-389>

Copyright (c) 2024 Anna Raquel Andrade Gonzaga, Mikaele De
Vêras Matias, Terçália Suassuna Vaz Lira.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](#)
[Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer
meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material
para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Apoio

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação
de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil
(CAPES) - Código de Financiamento 001

Como ser citado (modelo ABNT)

GONZAGA, Anna Raquel Andrade; MATIAS, Mikaele de
Vêras; LIRA, Terçália Suassuna Vaz. Dependência e
superexploração na América Latina: a particularidade do
capitalismo brasileiro. **Cadernos do CEAS: Revista**
Crítica de Humanidades. Salvador/Recife, v. 49, n. 262,
p. 361-389, maio/ago. 2024. DOI:
<https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n262.p361-389>

Resumo

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a dinâmica da economia periférica brasileira e as contradições do desenvolvimento capitalista no país, diante do contexto de crise do capital, que reflete, dentre outros elementos, no aumento da precarização do trabalho no Brasil. Além disso, abordaremos os aspectos que compõem a formação sócio-histórica do Brasil, contexto que fundamenta o entendimento da histórica precarização e flexibilização do mercado de trabalho brasileiro e que foi fortalecido com a crise capitalista contemporânea. Para tanto, fundamentados na Teoria Marxista da Dependência, partiremos da análise das bases estruturantes do capitalismo latino-americano, sendo este historicamente subordinado ao capital estrangeiro. Esta compreensão perpassa, portanto, o entendimento da dependência, fundamentada pela superexploração da força de trabalho, como elemento distintivo da formação econômico-social latino-americana e brasileira. As considerações alcançadas indicaram que o atual estágio de crise estrutural configura importante transformação no mundo do trabalho que vem impactando frontalmente as condições reais de existência dos trabalhadores, considerando as particularidades que o mercado de trabalho vem assumindo frente ao intenso aprofundamento da precarização do trabalho. Este contexto expressa a demanda do capital através de políticas de cunho ultraneoliberais, que configuram as bases para o acirramento dos mecanismos de superexploração da força de trabalho no Brasil, com fortes impactos sobretudo para o trabalho. Destaca-se que buscamos incorporar as contribuições do materialismo histórico dialético, método de análise que objetiva ir além da aparência, visando alcançar a essência do objeto mediante procedimentos analíticos.

Palavras-chave: Dependência. Superexploração da força de trabalho. América Latina. Brasil. Precarização do trabalho.

Abstract

This article aims to reflect on the dynamics of the Brazilian peripheral economy and the contradictions of capitalist development in the country, given the context of capital crisis, which reflects, among other elements, the increase in precarious work in Brazil. Furthermore, we will address the aspects that make up the socio-historical formation of Brazil, a context that underpins the understanding of the historical precariousness and flexibility of the Brazilian labor market and that was strengthened with the contemporary capitalist crisis. To this end, based on the Marxist Theory of Dependency, we will start from the analysis of the structuring bases of Latin American capitalism, which is historically subordinated to foreign capital. This understanding therefore permeates the understanding of dependence, based on the overexploitation of the workforce, as a distinctive element of Latin American and Brazilian economic-social formation. The considerations reached indicated that the current stage of structural crisis represents an important transformation in the world of work that has had a frontal impact on the real conditions of existence of workers, considering the particularities that the labor market has been assuming in the face of the intense deepening of precarious work. This context expresses the demand for capital through ultra-neoliberal policies, which lay the foundations for the intensification of the mechanisms of super-exploitation of the workforce in Brazil, with strong impacts especially on work. It is noteworthy that we seek to incorporate the contributions of dialectical historical materialism, a method of analysis that aims to go beyond appearance, aiming to reach the essence of the object through analytical procedures.

Keywords: Dependency. Overexploitation of the workforce. Latin America. Brazil. Precariousness of work.

INTRODUÇÃO

A América Latina ocupa, desde o seu surgimento, um local subordinado na divisão internacional do trabalho, sendo esta realidade marcada pela dependência, superexploração da força de trabalho e todos os efeitos advindos dessa condição, conforme analisa a Teoria Marxista da Dependência (TMD).

O destaque para esta observação enfatiza a relevância de compreender o lugar que, historicamente, a economia latino-americana ocupa no capitalismo global, que ocorreu em uma conexão subordinada aos países centrais, fundamentando, assim, sua estrutura enquanto dependente. Para Ruy Mauro Marini, um dos principais pensadores da TMD, esta dependência se expressa, por meio de “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2005, p. 141).

Não obstante, o autor destaca que o fundamento da dependência é a superexploração da força de trabalho. A superexploração, então, particulariza a apropriação de mais-valor nos países de capitalismo dependente, reforçando a submissão histórica ao capital estrangeiro; contexto fortalecido em períodos de crise, em que há o acirramento dos mecanismos de superexploração nos países dependentes, com fortes impactos, sobretudo, sobre o mundo do trabalho.

O Brasil se insere nesse contexto de forma particular. A partir da sua inserção na divisão internacional do trabalho, o Brasil é um dos países de economia periférica dependente, portanto, tem o seu desenvolvimento subordinado aos países de capitalismo central. Além disso, possui um mercado de trabalho historicamente precário e desprovido de direitos, bem como um Estado subserviente aos interesses do capital internacional, que reflete em uma precarização permanente das condições de trabalho dos trabalhadores brasileiros.

Diante disso, as reflexões aqui expostas pretendem situar a América Latina na divisão internacional do trabalho refletindo sobre os fundamentos da dependência e da superexploração da força de trabalho diante da dinâmica capitalista na esfera internacional,

de modo a situar a particularidade brasileira neste contexto, referenciando os impactos para o mundo do trabalho.

Frente a tais elementos, compreende-se que analisar criticamente a dinâmica de inserção da América Latina e do Brasil no capitalismo global, sobretudo diante do cenário de crise, perpassa, de modo basilar, pelos fundamentos da teoria social crítica, método de análise que objetiva ir além da aparência imediata, visando alcançar a essência do objeto, de modo a capturar sua estrutura e dinâmica mediante procedimentos analíticos, constituindo “a reprodução ideal do movimento do real” (Netto, 2009, p. 7).

Partindo de uma abordagem ontológica do conhecimento, a qual a realidade é colocada em perspectiva de totalidade, pretende-se analisar criticamente a realidade latino-americana e brasileira, destacando, a partir das categorias analíticas “dependência” e “superexploração da força de trabalho”, quais as implicações destas nas condições e relações de trabalho, e suas configurações no Brasil, de modo a considerar a vinculação dos seus determinantes com a crise capitalista atual.

Diante disso, além desta introdução e das considerações finais, o presente artigo está dividido em duas seções: na primeira, discutimos as bases estruturais do capitalismo latino-americano, marcado pela dependência, superexploração da força de trabalho e demais efeitos advindos desta condição; para em seguida, abordarmos a particularidade brasileira frente à dinâmica do capitalismo periférico dependente, situando a histórica precarização do trabalho que é fruto da sua posição na economia mundial e seu mercado de trabalho historicamente arcaico e flexível.

DEPENDÊNCIA E SUPEREXPLORAÇÃO: BASES ESTRUTURANTES DO CAPITALISMO LATINO-AMERICANO

Frente às condições de formação da classe trabalhadora latino-americana, fruto de seu passado colonial e consolidação da inserção no capitalismo mundial de modo subordinado, se tem presenciado, como consequência e em dimensões continentais, diferentes problemáticas de ordem econômica, política, social e cultural. Considera-se como principais categorias analíticas para análise desta realidade, com base na TMD, a Dependência e a Superexploração da Força de Trabalho, que contribuem para a

compreensão da realidade da América Latina e sua impossibilidade de desenvolver-se da mesma maneira tal qual as economias dos países centrais.

A respeito da Dependência, Marini (2017) aponta que pode ser entendida como a relação subordinada entre nações formalmente independentes; relações estas que são reinventadas permanentemente para garantir a reprodução ampliada da dependência. Assim, as economias dos países latino-americanos assumem novas formas no processo de expansão do capitalismo no mundo, pois,

[...] conectados à dinâmica dos países centrais, inseridos em um processo de monopolização, centralização e concentração de empresas multinacionais, seu desenvolvimento encontra-se submetido à aplicação de investimentos do capital estrangeiro. A base material do processo de industrialização da América Latina foi essencialmente dada pelo capital estrangeiro, o que irá condicionar suas estruturas econômicas, políticas e sociais como atrasadas e dependentes (Lira, 2019, p. 904-905).

Assim, devido às suas condições estruturais, a América Latina não pode se desenvolver da mesma forma que se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas e/ou desenvolvidas, uma vez que o que se opera nessa região é o chamado capitalismo periférico.

Para Carcanholo (2009, p. 151),

Costuma-se entender como economia periférica aquele país, ou região, que apresenta, em geral, instáveis trajetórias de crescimento, forte dependência de capitais externos para financiar suas contas correntes (fragilidade financeira), baixa capacidade de resistência em face de choques externos (vulnerabilidade externa) e altas concentrações de renda e riqueza. Isso caracterizaria o subdesenvolvimento dessas economias.

Com isso, o autor aponta que desenvolvimento e subdesenvolvimento são fenômenos que pertencem à mesma lógica de acumulação de capital em escala mundial, isto pois o subdesenvolvimento de alguns países resulta no que determina o desenvolvimento dos demais. A partir de tais pressupostos, compreende-se que a dependência se insere em um contexto em que uma economia está condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra - a qual está permanentemente subordinada.

Por estar inserida na divisão internacional do trabalho de forma subordinada, ela nasce para atender a uma demanda pré-existente e se estrutura em função das exigências de

mercado procedentes dos países avançados (Marini, 2017). Contudo, estes países desempenham um papel importante nessa divisão, uma vez que a industrialização nos países centrais não seria possível sem as suas exportações. Dessa forma, contribuindo para o aumento da taxa da mais-valia nos países centrais.

Segundo as ideias de Marini (1973), o intercâmbio desigual acontece quando as economias desenvolvidas (países centrais) não existiriam se não mantivessem uma relação simbiótica com as chamadas subdesenvolvidas (países periféricos - como o Brasil). Uma necessita da outra para se manter dentro da dinâmica do capitalismo em escala mundial. Lira (2018, p. 905,) acrescenta que "[...] os países de capitalismo central e os países do capitalismo periférico compõem uma unidade histórica, onde o desenvolvimento de uns acarreta no desenvolvimento de outros".

A este respeito, Marini (2017, p. 327), aponta que,

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.

Avançando neste debate, a superexploração da força de trabalho é a categoria que fundamenta e particulariza esse modelo de desenvolvimento, ao tratar-se "de um mecanismo em que o processo de acumulação do capital se realiza mediante a violação do valor da força de trabalho" (Lira, 2019, p 907).

Marini (2017) destaca que, ao passo que a América Latina contribui para a acumulação de capital nos países centrais, acarreta na sua dependência aos mesmos, uma vez que se utiliza da superexploração da força de trabalho para compensar a transferência de valor para esses países. Assim,

Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo (Marini, 2017, p. 337-338).

De acordo com Marini (2017), a participação da América Latina no capitalismo mundial, além de beneficiar o crescimento dos países centrais, também contribui para o deslocamento da produção de mais-valor absoluta para a de mais-valor relativa nesses países, isto significa que a acumulação decorra em maior medida da capacidade produtiva do trabalho e em menor proporção da exploração do trabalhador. Por outro lado, a acumulação latino-americana se realiza, em proporção elevada, da maior exploração do trabalhador. Este caráter contraditório assumido pela dependência latino-americana justifica as bases da superexploração da força de trabalho no subcontinente.

A superexploração da força de trabalho é definida como um mecanismo de apropriação da mais valia por meio da violação do valor da força de trabalho, seja violando o seu fundo de vida ou de consumo. Trata-se de uma forma de compensar a transferência de valor para as economias centrais. No caso das economias periféricas dependentes, em vez de compensar a transferência de valor com o aumento da produtividade, como ocorre nas economias centrais, se compensa através da superexploração da força de trabalho, recaindo sobre a vida do trabalhador e sua família.

Para Lira (2018, p. 908), a superexploração da força de trabalho trata-se de:

[...] uma forma particular que a América Latina desenvolve para reverter sua perda de lucro na relação de dependência com o mundo, o que implica aumentar os gastos com a força de trabalho ou elevar a taxa de mais valia através de arrocho salarial e/ou aumento da jornada e intensidade do trabalho. O resultado é uma violenta e exacerbada exploração da força de trabalho.

Para podermos entender melhor, de acordo com Marini (2017), a transferência de valor da periferia ao centro, se dá mediante três mecanismos que marcam a superexploração: Primeiramente, o aumento da intensidade do trabalho; em segundo, a prolongação da jornada de trabalho; e, por fim, a reduzir o consumo do trabalhador além do seu limite “normal”. Esses mecanismos significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração da força de trabalho.

Na América Latina, o Brasil impera como os países de economias centrais através do subimperialismo. Tendo em vista as transformações contemporâneas e reordenamento da economia mundial capitalista, com base no movimento de exportação de capitais no pós-

guerra, a realidade apontou para uma ordem hierarquicamente integrada dos países, configurando o que Marini (2012) denominou como subimperialismo.

Segundo o mesmo autor, o subimperialismo é resultado da internacionalização da acumulação capitalista e cristalizado na relação centro-periferia. Desse modo, a relação entre os meios de produção e a força de trabalho promove o surgimento de subcentros econômicos e políticos dotados de relativa autonomia, ainda que não rompam sua subordinação à economia mundial imposta pelos grandes centros.

Portanto, sinteticamente, para o autor, o subimperialismo é o modo que se apresenta a economia dependente no estágio do capital monopolista e financeiro. É importante considerar o modo favorável em que a América Latina encontrou para incorporar-se nessa nova etapa do desenvolvimento capitalista, especialmente o Brasil, que se encontra em posição central no subimperialismo.

A respeito desta categoria analítica, Marini (2012, p. 59) aponta que

O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro lado, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não apenas é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, senão que se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo à escala internacional. Estabelecido nesses termos, parece-nos que, independente dos esforços da Argentina e de outros países para ascender a uma categoria subimperialista, apenas o Brasil expressa plenamente, na América Latina, um fenômeno dessa natureza.

Diante disso, salienta-se, ainda, que o destaque do subimperialismo no Brasil e sua estrutura jurídica e institucional possui expressão econômica, que referencia o *boom* financeiro e a expansão do capitalismo mundial nos anos 1960; e expressão política, que se relaciona com a resposta do imperialismo à integração hierarquizada dos países (Marini, 2012).

O cenário exposto ratifica que a categoria da dependência explica o desenvolvimento e a particularidade das economias dos países da América Latina e, a forma hierarquizada como se relacionam entre si, na fase monopolista do capital, é explicada pela categoria do subimperialismo.

No entanto, é importante destacar, ainda, que:

É certo que são as condições próprias da economia brasileira que lhe permitiram levar bem adiante a sua industrialização e criar inclusive uma indústria pesada, assim como as condições que caracterizam a sua sociedade política, cujas contradições têm dado origem a um Estado militarista de tipo prussiano, as que levaram o Brasil ao subimperialismo, mas não é menos certo que esse não é nada mais do que uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente (Marini, 2017, p. 345).

Diante disso, nos marcos das categorias da dependência e superexploração da força de trabalho - às quais determinam a inserção dos países da América Latina à economia global - é importante particularizar a realidade brasileira, tendo em vista que o Brasil incorpora os mesmos elementos estruturantes das economias latino-americanas, ao qual faz parte. Além disso, como agravante, o país possui um mercado de trabalho historicamente precário e informal, configurando traços estruturais do mundo do trabalho no país.

Nesse sentido, é importante retomar a forma particular e subordinada de inserção da economia brasileira no capitalismo mundial, bem como os traços constitutivos do seu mercado de trabalho, que mantém sua herança conservadora, ainda que sob relações capitalistas modernas.

O BRASIL FRENTE À DINÂMICA DO CAPITALISMO PERIFÉRICO DEPENDENTE: AS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA BRASILEIRO E IMPACTOS AO MUNDO DO TRABALHO

Para compreender a particularidade da dinâmica do capitalismo periférico no Brasil, é preciso apontar as características da formação deste modo de produção no país, uma vez que as relações capitalistas aqui se deram de forma particular em relação aos países centrais; o que acarretou históricos efeitos ao país, sobretudo no que se refere ao trabalho.

O capitalismo no Brasil não se deu por uma via clássica, por meio da ruptura de um sistema produtivo para outro, que ocorreu frente à erosão do feudalismo na Europa Ocidental, no século XIV. Ele se apropriou de um modo de produção já existente nas economias centrais, utilizando-se da mão-de-obra escravizada. Mazzeo (1995), aponta que houve, nesse processo, a subsunção formal do trabalho ao capital, uma vez que se deu um conteúdo capitalista à formas não capitalistas, como foi o caso do trabalho escravo, no qual houve a utilização da mão-de-obra escrava para o desenvolvimento do capitalismo no país.

O fim do jurídico regime escravocrata se deu para atender a pressões externas (ainda que de forma articulada com os interesses das frações dominantes da burguesia local), reafirmando sua posição de país dependente. Assim, a realidade da abolição não se deu na liberdade do país para entrar na concorrência do mercado mundial de forma igualitária, mas abriu caminhos para a dependência econômica – que o transformaria em subdesenvolvido – seu novo tipo de subjugação na divisão internacional do trabalho.

O mercado de trabalho capitalista brasileiro emerge frente à um exército de reserva em sua maioria negro, que desde sua origem é essencialmente favorável à acumulação de capital, mantendo padrões escravocratas de relações de produção (Oliveira, 2013). Nesse sentido, a acumulação capitalista no país se beneficiou do forte traço arcaico das relações de trabalho para o crescimento do setor moderno na economia.

A revolução burguesa no Brasil foi capaz de combinar, pela via não clássica, uma modernização conservadora, operando com os traços herdados do passado. “A conservação destes elementos marcou profundamente a consolidação do capitalismo no Brasil, de modo que este é o contexto que abre o caminho para uma revolução burguesa com feições antidemocráticas” (Brettas, 2020, p. 101), assim se expressando nas suscetíveis tentativas de golpe de Estado no Brasil¹.

Brettas (2020, p. 102) aponta que,

Esta é uma forte marca da chegada do capitalismo em um país dependente, que inicia a industrialização no período escravocrata e a consolida sem comprometer o poder da aristocracia agrária e do imperialismo, apenas reconfigurando e redimensionando esta dominação.

Ao dialogar com o autor paulista Florestan Fernandes, em sua obra “Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento” (1968), visando a compreender a histórica dependência que o país possui aos grandes centros da economia mundial, é possível perceber que o país ainda manifesta as mesmas relações de dependência e subordinação ao países de capitalismo

¹ Como ocorrido em 1964 que impôs um regime militar no país, e a mais recente, ocorrida em 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, golpe este orquestrado pelas grandes elites capitalistas brasileiras. Este golpe vem sendo considerado de novo tipo: midiático, jurídico e parlamentar. Um golpe que ocorreu dentro da democracia brasileira. Não ocorreu da forma “tradicional”, como em 1964, através da repressão; não foi preciso colocar os tanques de guerra nas ruas.

central. Posto que, mesmo se considerando as taxas de desenvolvimento obtidas nas últimas décadas, seu desenvolvimento se mantém atrelado ao desenvolvimento dos países imperialistas, principalmente pela dependência tecnológica e econômica. Ademais, essas relações decorrem também de relações políticas com forte influência de interesses imperialistas, em detrimento dos interesses nacionais.

Dessa forma, podemos trazer o aspecto da classe dominante brasileira (burguesia) que não possui um caráter nacional, não é de seu interesse romper com a estrutura herdada do período colonial, essa não ruptura contribui com o atraso e dependência do país aos países centrais. A burguesia opera contra a nação, contra os interesses das massas populares, e dessa forma, não é capaz de competir com as grandes potências imperialistas. A burguesia brasileira não é autônoma, ela nasce subordinada economicamente e ideologicamente aos grandes centros da economia mundial.

Nos mostrando, assim, a debilidade que a burguesia brasileira possui, sendo totalmente contra-revolucionária/frágil/reacionária, tirando qualquer possibilidade de avanço, no que Fernandes (2005) chamou de autocracia burguesa, no qual não se pretende romper com os traços arcaicos trazidos desde a colonização, dificultando o desenvolvimento do país até hoje.

Dessa forma, o capitalismo brasileiro opera com traços arcaicos conciliados ao moderno, uma vez que não houve mudança na estrutura do Brasil, aqui não houve abandono do traço herdado da colonização (Santos, 2012). É, portanto, o país sobre “novas vestes” com “um presente que se acha impregnado de vários passados”. O traço operado pela burguesia brasileira foi o caráter conservador, além de ser reacionária - e contra revolucionária - as revoluções aqui - leia-se reformas - se dão sempre “pelo alto”, como aponta Brettas (2010, p. 102): “A particularidade de alguns países está em estabelecer processos de transição entre modos de produção que podem passar por soluções “pelo alto” sem grandes rupturas, conservando fortemente elementos da ordem anterior”. Os traços conservadores vão refletir nas relações sociais brasileiras, impactando a cultura, a política e a economia. Destarte, se manifesta em todas as esferas da vida social.

A autora ainda complementa que:

Conduzidas de maneira fundamentalmente autocrática, as mudanças “pelo alto” se caracterizaram por uma baixa participação da classe trabalhadora, hegemônicas

por discursos populistas e pela truculência mais ou menos ostensiva da repressão policial (Brettas, 2020, p. 120).

Além de compactuar com o “transformismo restaurador”, no qual transforma a pauta da classe trabalhadora, em pauta burguesa, através da conciliação de classes, no intuito de manter a ordem social. Assim, “[...] a heterogeneidade persiste: o Brasil arcaico nos cerca por todos os lados; o latifúndio persiste, abalado, mas sobrevivendo a tudo” (Sodré, 1990, p. 31). Para esse autor,

O processo brasileiro difere inteiramente do europeu, que é o modelo clássico. O capitalismo brasileiro avança devagar, aproveita as brechas para avançar mais rápido, transige sempre com as relações políticas mais atrasadas e as econômicas que as asseguram, manobra, recua, compõe-se. Gera uma burguesia tímida, que prefere transigir a lutar, débil e por isso tímida, que não ousa apoiar-se nas forças populares, senão episodicamente, que sente a pressão do imperialismo, mas receia enfrentá-la, pois receia mais a pressão proletária (Sodré, 1990, p. 30).

Este contexto referencia o papel do Estado na sociedade capitalista. Marx aponta que o Estado defende os interesses de uma determinada classe: a burguesa/dominante. Ele nada mais é do que o “comitê executivo da burguesia”, ou melhor “parteiro do modo de produção capitalista”, uma vez que ele cria as condições para a classe dominante se reproduzir, além de conter qualquer ameaça das classes dominadas, como menciona Mandel (1982)².

Assim, é importante destacar “a centralidade da ação estatal para a constituição do capitalismo brasileiro”, como destaca Santos (2012, p. 120), no qual o Estado teve um papel decisivo na constituição do capitalismo no país, ele operou como um coronel pós-Vargas, arcando com as despesas para instalá-lo no Brasil, fez empréstimos para o seu desenvolvimento, visando o desenvolvimento econômico e industrial. No Brasil, o Estado “surge como ideologia das classes senhoriais” (Santos, 2012, p. 122).

Destarte, o sistema produtivo implantado no Brasil foi baseado no latifúndio agrário exportador com uma estrutura escravista, constituindo um caráter possuidor ainda de traços iniciais da colonização. O que acabou por atrasar o país em relação aos demais, uma vez que

² Cabe elencar, segundo Mandel (1982), as principais funções do Estado: a) criar as condições gerais de produção, que não podem ser asseguradas pelo setor privado; b) reprimir as ameaças das classes dominadas ao modo de produção corrente; c) integrar as classes dominadas e garantir que a ideologia dominante da sociedade seja a ideologia da classe dominante.

sua principal finalidade é a produção para a exportação. O país acaba por ser caracterizado como o “celeiro do mundo”, pela produção apenas de produtos primários, ou mesmo certa “vocação agrária”. Assim, desde a formação sócio-histórica do país que a produção é voltada para o mercado externo.

Ao destacar o sentido da colonização no Brasil, Caio Prado Jr (2006) aponta que esse sentido nada mais foi do que promover a dependência do Brasil tem em relação aos grandes centros da economia mundial, por apenas exportar para fora. Além da exploração dos recursos naturais em um território virgem, como historicamente ocorreu, em proveito do comércio europeu. Assim, como nossa industrialização proveio do latifúndio agrário exportador, foi nos imposto uma retração, na qual o país se torna dependente de produtos que não produzem aqui, como no caso das tecnologias.

Com base nessa análise, o autor destaca:

Se vamos    essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer a    ar, tabaco, alguns outros g  neros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e as economias brasileiras (Prado Jr., 1970, p. 23).

O próprio desenvolvimento desigual e combinado ou intercâmbio desigual³    necessário para o desenvolvimento do capitalismo, pois é importante e necessário na dinâmica capitalista mundial que existam países subordinados e países que subordinam para dar continuidade    essa lógica capitalista de dominação. Ressalta-se, ainda, que essa dinâmica capitalista é desigual e combinada ao mesmo tempo e opera em ritmos diferenciados nos diversos espaços nacionais, afetando tanto os países capitalistas, como a relação entre eles. No Brasil, a reprodução do padrão latifundiário contribuiu para esse desenvolvimento desigual e combinado e para a condição do capitalismo periférico.

Na década de 1950,    instalada a industrialização pesada no país, sendo este o momento que se completa o processo de capitalismo periférico brasileiro, demonstrando a presença do “fordismo    brasileira”, em detrimento das características clássicas do

³ Para compreensão da Lei do desenvolvimento desigual e combinado, ver as obras de Lênin (1985) e Trotsky (1989; 2007a).

fordismo/keynesiano. Dessa forma, o Brasil se encontra num processo de industrialização, mas destaca-se que não há abandono da agricultura, essa ainda continua representando a maior parte das exportações no país.

Destarte, há um pacto entre uma burguesia agroexportadora e a burguesia industrial nascente. Este elemento reforça a intensa concentração de renda e a posição de subalternidade nas relações externas, além de criar as condições para uma situação particular e estrutural do país: a superexploração da força de trabalho, que se manifesta, como já apontado, pelo pagamento da força de trabalho abaixo do valor necessário para sua reprodução, a intensificação do trabalho e a extensão da jornada de trabalho além dos limites normais. “A consolidação do capital industrial é o fundamento da acumulação capitalista e trouxe consigo a concentração de renda e o aumento do pauperismo, ao ampliar sobremaneira as bases da superexploração da força de trabalho” (Brettas, 2020, p. 119-120).

Cabe destacar que, sendo o Brasil um país de economia periférica dependente, que para realizar a apropriação da mais valia e a transferência de valor exigida pelos requisitos de sua forma de inserção no capitalismo mundial que promove o intercâmbio desigual, utiliza-se da superexploração da força de trabalho, para garantir a transferência de valor, tem-se a violação do fundo de vida e de renda das famílias trabalhadoras. Assim, na particularidade brasileira, não há preocupação em atender as necessidades dos trabalhadores, visto que estes não são agentes de consumo, a produção é voltada prioritariamente para atender as demandas externas, dos países centrais.

Destaca-se que um traço importante para realizar a superexploração da força de trabalho nas economias periféricas dependentes é a existência do desemprego, da população sobrando ou o exército de reserva⁴, uma vez que,

A funcionalidade do exército de reserva para a superexploração está diretamente ligada à pressão que este exerce sobre o valor a ser pago pela força de trabalho, ou seja, o salário é aquilo que representa do ponto de vista monetário o custo de reprodução da força de trabalho, que se define pelo tempo necessário para o trabalhador se reproduzir enquanto força de trabalho, o que inclui necessidades físico-biológicas, sociais e culturais do trabalhador e sua família, que variam em função de peculiaridades históricas, culturais e regionais, cujo valor varia em função

⁴ Optou-se por utilizar apenas o termo “exército de reserva” e não “exército industrial de reserva”, como costumeiramente é utilizado nas literaturas, uma vez que a população sobrando não se resume apenas às indústrias na contemporaneidade, mas sim a diversos setores.

dos custos de reprodução da força de trabalho, sobre o qual o exército de reserva tem um importante papel (Lira, 2018, p. 910).

É importante mencionar que nessa condição de desempregados, está em sua maioria a população negra⁵, uma vez que na formação sócio-histórica do Brasil, essa população ficou à margem da sociedade, deixadas de lado pelo Estado. Segundo Fagundes (2020),

[...] a parcela negra do proletariado brasileiro representava a população excedente e consequente alavanca para a acumulação capitalista – não diretamente da burguesia brasileira, mas a partir de um padrão dual de expropriação do excedente aqui produzido –, tinha a função central de controlar o valor da força de trabalho. (Fagundes, 2020, p. 65).

O autor ainda complementa,

A superexploração da força de trabalho combina-se com a existência do racismo enquanto sofisticada arma de dominação e acaba por submeter o conjunto dos trabalhadores a uma série de condições laborais inferiores aos países centrais, sendo negativamente superior aos trabalhadores negros (Fagundes, 2022, p. 210).

Destaca-se que essa condição de dependência do país é agravada com a crise estrutural do capital (Mészáros, 2011), que dá seus primeiros indícios em 1968/69 e se inicia em 1970 (Carcanholo, 2018). Para esse autor, o efeito da crise para as economias periféricas foi agravar o quadro conjuntural de uma inserção na economia mundial que já é, por motivos estruturais dependente e subordinada ao comportamento do centro da acumulação mundial capitalista.

Para falarmos da crise do capital, primeiramente, é preciso apontar que as crises são inerentes ao modo de produção capitalista. São crises cíclicas⁶ como aponta Mészáros (2009). Logo, não há capitalismo sem crises. Elas são resultados da dinâmica contraditória desse modo de produção. “Isso significa que, se quisermos encontrar a(s) causa(s) da crise,

⁵ Ressalta-se aqui, que uma das bases do capitalismo é o racismo, sendo assim não há intenções do mesmo contribuir para o seu fim, logo, não é sua intenção acabar com o racismo, pois este é funcional à reprodução do capitalismo, sobretudo, o periférico. Daí, a denominação de *capitalismo racista*, como dito por Eliane Assis (2022).

⁶ “Crise cíclica é uma outra forma de denominar a dinâmica contraditória (dialética) do processo real de acumulação de capital, e não apenas uma etapa do ciclo” (Carcanholo, 2010, p. 02).

devemos enfrentar o fato de que o capitalismo, recorrentemente, entra em crise porque cresceu, e voltará a crescer porque entrou em crise” (Carcanholo, 2010, p. 01).

A este respeito, Antunes (2015) menciona que o Toyotismo e sua forma de organização do trabalho baseada na acumulação flexível penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, cujos desdobramentos são também agudos no que diz respeito aos direitos do trabalho, sendo estes desregulamentados e flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para a adequar-se a seu novo período.

Esta crise do capital provoca, para Mészáros (2011), a precarização estrutural em diversos âmbitos, através de processos de autoexploração, desregulamentação do trabalho, crescimento exorbitante do desemprego somado à destruição dos recursos naturais, produzindo desdobramentos nefastos e irreversíveis à ecologia, ao trabalhador, entre outros aspectos da realidade.

Ao refletir acerca das teses que configuram a atual crise estrutural do capital por Mészáros (2011), Antunes (2011) menciona que:

Sua aguda investigação, debruçando-se ao longo de todo o século XX, o leva a constatar que o sistema de capital, por não ter limites para a sua expansão, acaba por converter-se numa processualidade incontrolável e profundamente destrutiva. Conformados pelo que se denomina, na linhagem de Marx, como mediações de segunda ordem – quando tudo passa a ser controlado pela lógica da valorização do capital, sem que se leve em conta os imperativos humano-sociais vitais –, a produção e o consumo supérfluos acabam gerando a corrosão do trabalho, com a sua consequente precarização e o desemprego estrutural, além de impulsionar uma destruição da natureza em escala global jamais vista anteriormente (Antunes, 2011, p. 11).

Diante disso, várias mutações vêm se configurando em todas as dimensões da vida humana, uma delas - e de importância central - nas palavras de Antunes (2015), diz respeito às metamorfoses no processo de produção do capital e suas repercussões no processo de trabalho. A reestruturação produtiva e as diversas transformações no mundo do trabalho são identificadas como estratégias de enfrentamento à crise. Assim, são instauradas novas formas de exploração, que intensificam a precarização objetiva e subjetiva dos/as trabalhadores/as.

Com base nessas análises, compreende-se que a intensificação da exploração e o aumento exponencial da precarização do trabalho na cena contemporânea é uma realidade. Entretanto, é importante sinalizar, como destaca Alves (2007), que a condição de precariedade do trabalho não é um fenômeno novo, sempre esteve relacionada às formas de apropriação da força de trabalho impostas pelo modo de produção capitalista. Assim, compondo este cenário, o autor enfatiza que o processo de constituição do precário mundo do trabalho são traços do novo sóciometabolismo do capital nas condições da mundialização financeira, apresentando o recuo da ação do Estado como regulador do mercado de trabalho e da proteção social, sendo expressas nas novas formas de organização do trabalho.

Desse modo é que compreende-se que, para dar respostas à crise estrutural, em confronto com a rigidez do fordismo, se buscou um modelo de acumulação flexível, adotado pela reestruturação produtiva e pelo aporte ideológico do neoliberalismo⁷, tendo como base a flexibilização dos processos de trabalho, do mercado, dos produtos e do padrão de consumo, além do aumento das privatizações. Assim,

O neoliberalismo aprofundou a condição dependente das economias da região, uma vez que incrementou a transferência de valor produzido nessas economias, mas que é apropriado e acumulado nas economias centrais. Essas transferências de valor incluem tanto os diferenciais de produtividade média entre os capitais em cada uma das economias, como também os pagamentos de serviços de dívida e do passivo externo (Carcanholo, 2018, p. 31).

Para Carcanholo (2009), a adoção de políticas neoliberais na América Latina, que possibilitou o aumento da abertura externa e desregulamentação dos mercados, deve ser compreendida como efeito de uma conformação de interesses de frações da classe dominante da região e os imperativos político-ideológicos do centro da economia mundial existentes no Consenso de Washington⁸, o que resultou no aumento da dependência dos países latino-americanos em relação ao capitalismo global.

⁷ Movimento ideopolítico que se alastrou em escala mundial, redefinindo novas relações entre Estado e sociedade civil; de modo que o Estado reduz sua regulação no mercado de trabalho (Behring e Boschetti, 2011), o que acarreta sucessivos efeitos sobretudo ao trabalho.

⁸ Receituário neoliberal dos países imperialistas aos dependentes que, em tese, apresentava um conjunto de dez regras a serem cumpridas, entre elas: redução de gastos públicos, abertura comercial, eliminação das restrições aos investimentos estrangeiros, privatização das estatais, entre outros.

Segundo Antunes (2007), com intuito de sair dessa crise, se insere na Europa o modelo Toyotista com incremento de novas tecnologias como a robótica e a informática. É um sistema japonês que repele a força de trabalho vivo. No Toyotismo, a produção é de acordo com a demanda (*just-in-time*), a mão-de-obra tem que ser multifuncional e bem qualificada para conhecer todos os processos de produção.

A referida crise engendra estruturais transformações no mundo do trabalho, pois a esfera da reestruturação produtiva atinge a divisão sócio-técnica do trabalho, impactando diretamente no emprego, nas jornadas de trabalho e nas condições de trabalho. Segundo as autoras Mota e Amaral (2006), a reestruturação produtiva é marcada pela flexibilização tanto na produção como no trabalho.

Valencia (2009) destaca que a reestruturação produtiva provocou o surgimento de um conjunto de fenômenos que podem ser resumidos na desregulamentação do trabalho, implementação da flexibilidade do trabalho e precarização do trabalho; elementos estes que constituem um novo regime que está se impondo em várias partes do mundo e em todas as esferas das relações sociais e humanas.

O autor amplia esta análise ao apontar para os efeitos negativos desse processo para o mercado de trabalho, colocando em discussão o tema da informalidade, isto pois, agora, os empregos formais em relação de dependência estão em vias de diminuir, uma vez que em vastas regiões predominam contratos de curta duração, trabalhadores por conta própria, empregos informais e transitórios; inclusive os trabalhadores qualificados, estão submetidos à instabilidade do emprego e à regimes de precarização, reforçando assim a sua forma particular, a superexploração.

Enquanto, nas décadas anteriores, mais de 80% dos postos de trabalho eram de longa duração na América Latina, agora, ao contrário, há o predomínio do trabalho informal, constituído por trabalhadores por conta própria, empresas familiares, ocupados em microempresas e serviço doméstico, ao passo em que empregos com vínculos formais vêm diminuindo expressivamente (Valencia, 2009).

Seguindo esta lógica, no Brasil, a reestruturação produtiva é marcada pela redução de postos de trabalho, pelo desemprego dos trabalhadores e pelo aumento de trabalhadores por conta própria, sem carteira assinada, e em trabalhos precários. Esses novos tipos de

trabalhadores possuem pouca ou nenhuma proteção social no trabalho. Aqui é dada a informalidade do trabalho, como alternativa para o desemprego estrutural. Não obstante, cabe destacar, conforme aponta Tavares (2004), que, no espaço econômico ocupado pela informalidade, encontram-se trabalhadores que não conseguem ingressar no mercado formal e trabalhadores que são deslocados do mercado formal pelos processos de terceirização e demais medidas de flexibilização das legislações trabalhistas, que se coloca como parte elementar nas mudanças das relações de trabalho decorrentes da reestruturação produtiva.

Este contexto que ganhou destaque no Brasil a partir da década de 1990 frente às mudanças estruturais na economia e nas instituições do mercado de trabalho, com determinações externas ao mercado de trabalho e que decorrem da já aludida crise estrutural do capital.

A partir da década de 1990, foram sendo implementadas novas formas e condições de exploração da força de trabalho no país através de políticas de flexibilização das relações de trabalho no Brasil. A reestruturação produtiva atingiu o núcleo estável do proletariado brasileiro, ampliando a informalidade no mercado de trabalho, que ultrapassou, como aponta Alves (2013), 50% da força de trabalho urbana no Brasil na década de 1990, alterando o modo de ser do salariedade “estável” e constituindo o que o autor denominou como “nova precariedade salarial”.

Diante desses elementos, destaca-se, ainda, a flexibilização que atinge o trabalho assalariado não se restringe ao operariado tradicional das indústrias de bens materiais, mas expande-se para o setor de serviços, que assume, no contexto de reestruturação, um papel estratégico nos processos de distribuição, circulação e consumo de mercadorias, bem como na reprodução social, a exemplo dos serviços públicos oferecidos pelo Estado.

Ressalta-se que a crise estrutural que já estava em curso foi fortemente impactada com a crise de 2008 que se espalhou em escala planetária e que foi acentuada com a pandemia em 2019, revelando assim a face mais devastadora e destrutiva do capital; não à toa, Antunes (2022) denuncia que vivemos no período da pandemia, um pandemônio. Essa crise de 2008, decorreu da crise da bolha imobiliária dos Estados Unidos, também conhecida

popularmente como a crise do subprime⁹, que se espalhou em escala mundial, impactando e endividando também os outros países, inclusive o Brasil. Destaca-se que embora seu nascedouro tenha sido nos EUA, a crise de 2008 atingiu as várias economias do planeta e alcançou os setores financeiro e produtivo em vários países.

A crise de 2008 é um importante marco para compreensão do acirramento da precarização do trabalho, sobretudo na América Latina. Para melhor entender esse movimento, é relevante compreender que este vem contribuindo para a deterioração da legislação que regulamenta as relações de trabalho, colaborando, assim, para o surgimento de uma nova morfologia do trabalho, de modo a repercutir nas esferas das profissões e se expressando, segundo Antunes (2015), na ampliação de contratos temporários e subcontratação, pluriemprego, polivalência, desespecialização, informalidade, entre outros.

Destaca-se que a crise foi socorrida pelo Estado tendo em vista que esta instituição no tardo-capitalismo tem como função a contenção das crises, como aponta Mandel (1982); o Estado gera as condições necessárias para o capitalismo se reproduzir. Assim, “[...] pôs por terra, irremediavelmente, qualquer retórica que atribua ao neoliberalismo o princípio do chamado Estado mínimo”. (Silva, 2021, p. 431).

Sob as inflexões do crash de 2008, o endividamento e as disputas entre os países centrais repercutem no endividamento, nas exportações (especialmente de commodities), na estabilidade monetária e na vida política, social e cultural dos países periféricos, cujas dívidas se elevam; as exportações sofrem arrefecimentos, devido à redução de demanda por commodities; e seus Estados são convocados a acirrar processos internos de espoliações e expropriações, que, primeiro, sob a retórica de um necessário ajuste fiscal, exercem uma mão pesada na destruição maciça e célere dos bens e direitos sociais, direcionando os fundos públicos para o sorvedouro das dívidas, e, segundo, com o consentimento ativo de suas burguesias internas, empreendem uma entrega robinhoodiana de recursos naturais e sociais, para o usufruto da lógica espoliativa do sistema, ao preço de verdadeiros crimes de lesa pátria e de lesa humanidade (Silva, 2021, p. 432).

Em relação à crise estrutural do capital e a crise de 2008, Lira (2022) complementa:

O cenário atual aponta para a compreensão que a crise estrutural do capital se aprofunda com a crise econômica mundial de 2008 e suas formas de enfrentamento pelo grande capital, internacional e nacional, agora sob determinações do setor

⁹ O termo “subprime” refere-se a empréstimos concedidos a pessoas com alto risco de crédito, isto é, com pouca estabilidade financeira e credibilidade para pagar contas. Ver sobre em: <https://warren.com.br/magazine/crise-do-subprime/>.

financeiro da economia, impõe a necessidade de luta e resistência em defesa dos direitos sociais e contra as medidas de austeridade fiscal que vêm sendo adotadas por vários governos, e em especial pelo governo brasileiro. (Lira, 2022, p. 45).

Passados mais de dez anos da eclosão da recessão econômica de 2008, nota-se o agravamento da barbárie capitalista. Como parte do processo de recrudescimento do pauperismo, observam-se os efeitos políticos, sociais e ideológicos da miséria, que é solo fértil para o crescimento do conservadorismo.

Com o avanço da era digital, da Indústria 4.0¹⁰, têm surgido novas modalidades de trabalho sem proteção social e tem atingido um universo imenso de trabalhadores, sem nenhuma estabilidade trabalhista. Antunes (2023), destaca que com o avanço do capitalismo de plataforma¹¹, são criadas estratégias para aumentar o controle e gerenciamento do trabalho e do trabalhador ao passo em que o torna desregulamentado, de modo a estender e intensificar a jornada de trabalho, que constitui um passo significativo no processo de precarização laboral.

Através de características definidoras do fenômeno denominado uberização do trabalho¹², amplia-se o processo de desregulamentação do trabalho concomitante à redução das possibilidades de organização entre os trabalhadores. as relações de trabalho tem se tornado cada vez mais individualizadas e invisibilizadas, assumindo a aparência de “prestação de serviços”, excluindo as relações de assalariamento e exploração do trabalho.

Assim, se tem presenciado grande salto no processo de precarização do trabalho combinadas com a fragilização das instituições regulatórias do trabalho no Brasil provocado pela contrarreforma trabalhista.

O modo uberizado de organizar e remunerar a força de trabalho distancia-se da regularidade do assalariamento formal, acompanhado geralmente pela

¹⁰ “Essa proposta nasceu na Alemanha, em 2011, concebida para gerar um novo e profundo salto tecnológico no mundo produtivo (em sentido amplo), estruturado a partir das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC), que se desenvolvem de modo célere. Sua expansão significará a ampliação dos processos produtivos ainda mais automatizados e robotizados em toda a cadeia de valor, de modo que a logística empresarial será toda controlada digitalmente” (Antunes, 2020, p. 12).

¹¹ Em linhas gerais, para Antunes (2023), o capitalismo de plataformas se refere ao universo informacional-digital em que o trabalho está submetido, sob condução financeira, se desenvolvendo de forma que a produtividade do capital se valorize em seu ponto de ápice.

¹² Espaço por excelência no qual o universo informacional-digital se encontra em permanente expansão, o que tem acarretado diversas consequências à classe trabalhadora e ao mundo do trabalho (Antunes, 2023).

garantia dos direitos sociais e trabalhistas. Isso porque a empresa, que se considera parceira do trabalhador ao auxiliar a relação de oferta e demanda entre aquele e o usuário, além de não estabelecer qualquer vínculo empregatício formal, impõe longas e imprevisíveis jornadas de trabalho para que o trabalhador consiga auferir uma remuneração mínima que garanta sua subsistência (Maior; Vidigal, 2022, p. 63).

Destarte, o “[...] capitalismo financeiro do nosso tempo” tem se apropriado das tecnologias da informação e da comunicação para acumular capital, uma vez que “é quase impossível, hoje, encontrar qualquer trabalho que não tenha alguma forma de dependência do aparelho celular” (Antunes, 2020, p. 12).

Dentre esses fatores, Carcanholo (2010, p. 03) destaca outros elementos como respostas para essa crise no capitalismo contemporâneo:

[...] a implementação das reformas neoliberais - no centro e na periferia do sistema - como uma forma de elevar as taxas de mais-valia e incentivar a retomada da lucratividade do capital; a exacerbação da transferência de recursos da periferia para o centro, que permitem impulsionar a dinâmica de acumulação nos principais países capitalistas; a expansão dos mercados, como forma de garantir novos espaços de realização/valorização para o capital sobrando, manifesta, por exemplo, na pressão por aprofundamento da abertura e liberalização do comércio mundial; a aceleração da rotação do capital, tanto na esfera produtiva quanto na circulação de mercadorias, o que propicia o aumento das taxas de lucro.

A crise contemporânea do capital, de acordo com Netto (2012), atinge todas as esferas que configuram o capitalismo, seja ela política, econômica ou social. Lira (2018, p. 913) confirma esta análise ao apontar que:

Assim, a crise capitalista associada aos impactos das transformações do mundo do trabalho e da financeirização da economia num quadro de uma economia periférica-dependente que tem como base a superexploração do trabalho, não é de estranhar os resultados desastrosos que se fazem sentir e que se refletem em todas as esferas da vida social, não só na economia, mas também na cultura, com o avanço do conservadorismo, e sobretudo na política, como é o caso do Brasil, com a direita retomando o poder, via golpe de Estado.

Netto (2012) destaca, ainda, que o capitalismo contemporâneo possui uma dinâmica cultural, o tardo-capitalismo, no qual, em síntese, tem como objetivo provocar cada vez mais o consumo em massa (no entanto, o acesso ao consumo destes bens, por não ser viabilizado pelo montante correspondente ao pagamento da força de trabalho - já que é muito abaixo do que deveria ser pago - implica a aquisição pela via do endividamento das famílias ou pela ampliação da extensão da jornada), gerando cada vez mais novas necessidades ao passo em

que produz, desenfreadamente, mercadorias com tempo determinado de duração: a chamada obsolescência programada. Neste, o Estado atua facilitando para o capital assegurar o consumo, fato explicado, dentre outros exemplos, pela criação dos programas de proteção social e pelas aberturas de empréstimos consignados.

Mészáros (2011), ao refletir sobre a ativação dos limites absolutos do capital, aponta que o sistema capitalista é absolutamente incapaz de se impor limites, desconhece essa palavra, uma vez que ele tenta se reproduzir e se expandir a todo custo, nem que isso custe a vida de toda a humanidade, nem que haja a eliminação total dela. Isto pois "é da natureza do capital não reconhecer qualquer medida de restrição, não importando o peso das implicações materiais dos obstáculos a enfrentar [...]" (Mészáros, 2011, p. 253).

O autor ainda complementa,

A degradação da natureza ou a dor da devastação social não têm qualquer significado para seu sistema de controle sociometabólico, em relação ao imperativo absoluto de sua auto-reprodução numa escala cada vez maior. É por isto que durante o seu desenvolvimento histórico se excedeu o capital em todos os planos - incluído seu relacionamento com as condições básicas da reprodução sociometabólica -, mas estava destinado a fazê-lo cedo ou tarde (Mészáros, 2011, p. 253).

Destarte, a classe trabalhadora é a principal atingida pelos impactos da crise - especialmente as de economia periférica e dependente -, uma vez que o capitalismo busca se reerguer às custas dos trabalhadores atacando sobretudo os seus direitos sociais. A partir disso, compreende-se que a cada crise, se renovam os mecanismos de superexploração da força de trabalho.

No Brasil, a superexploração da força de trabalho vem sendo recrudescida após o golpe de 2016, com a implementação do ultraneoliberalismo, o que acarretou na desregulamentação de legislações e aprovação de políticas de cunho ultraneoliberal - tanto por Temer como por Bolsonaro. Tais medidas, em lugar de garantir proteção social ao trabalhador, como mostrava o discurso justificador das contrarreformas, ampliam o campo de exploração do capital ao trabalho.

A exemplo desse processo contrarreformista, cabe destacar a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, na forma de um rígido mecanismo de ajuste fiscal. Além disso, a

Contrarreforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), responsável por um retrocesso histórico da legislação trabalhista e que alterou mais de cem artigos da CLT em aspectos cruciais. E a aprovação de uma lei específica da Terceirização (Lei nº 13.429/2017) permitindo a terceirização para atividades-fim e não apenas atividades meio das empresas.

Lira (2022, p. 45) destaca que,

No Brasil, a crise capitalista se expressa na diminuição dos postos de trabalho, no aumento do desemprego, na precarização das condições de trabalho e salários, na reforma trabalhista que vem eliminar direitos historicamente conquistados. Como resposta à crise, busca-se reforçar a superexploração da força de trabalho para reverter o quadro de crise econômica e assim aumentar as taxas de lucro.

Ainda a respeito da referida contrarreforma trabalhista, considerando o contexto mais amplo que propiciou sua aprovação, nota-se que a mesma é formulada e aprovada em uma ampla conjuntura de disputa social e política. No cerne desta disputa, a legislação trabalhista passa a ser considerada como retrógrada para justificar a necessidade de modernização e adequar ao lema da flexibilização já em curso.

Na realidade, a mesma contribuiu para adequar a legislação às formas mais precárias de trabalho e acirramento da superexploração da força de trabalho, representando histórico retrocesso aos direitos conquistados pelos trabalhadores brasileiros. Esse processo que passou a ser submetido o mundo do trabalho desonera o capital dos custos com o trabalho e remete o/a trabalhador/a uma suposta liberdade de empregabilidade e empreendedorismo, mas que não o desvincula do trabalho assalariado, produtor de mais valor, só que agora desprovido da proteção social.

Esta conjuntura é parte importante do ultraneoliberalismo no Brasil, que expressa a forma encontrada para compensar a queda da taxa de lucro brasileira, diante da crise capitalista mundial; os ataques aos direitos trabalhistas evidenciam claramente isso. Busca-se, com a expropriação permanente dos direitos dos trabalhadores, compensar a transferência de valor para os países centrais. Dessa forma, se acentua a histórica superexploração e precarização da força de trabalho no Brasil.

Ao demonstrar a vigência da categoria da superexploração para a análise crítica das relações de produção no capitalismo brasileiro contemporâneo, Luce (2013), complementando Marini (2017), aponta que esta pode se dar mediante quatro formas e

modalidades, características estas que podem ser observadas no mundo do trabalho brasileiro na cena contemporânea. São elas:

i) a remuneração da força de trabalho por baixo do seu valor – conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital; ii) o prolongamento da jornada implicando o desgaste prematuro da corporeidade físico-psíquica do trabalhador; iii) o aumento da intensidade do trabalho provocando as mesmas consequências, com a apropriação de anos futuros de vida e trabalho do trabalhador; e iv) o aumento do valor da força de trabalho sem ser acompanhado pelo aumento da remuneração (Luce, 2013, p. 146).

É possível usar a referência do autor para confirmar a dinâmica de superexploração que se desdobra no aumento da precarização do trabalho na América Latina e no Brasil. É nesta nova configuração assumida pelo Estado que se delineia um novo patamar de relações de trabalho no Brasil, com significativas repercussões sobre o seu mercado de trabalho. Em um contexto mais amplo, este cenário referencia a subordinada inserção da economia brasileira ao capitalismo mundial, proporcionando um cenário de permanente precarização.

O acirramento das medidas de superexploração da força de trabalho no Brasil expressa a demanda do capital, diante da crise que se desenrola desde 2008, em suas diferentes fases. Especialmente a partir de 2017, a concretização das modificações na legislação trabalhista marcada pela tendência contrarreformista anula, restringe e flexibiliza o acesso à proteção ao trabalho. Esse cenário marcado pelo ultraneoliberalismo somado à consolidação do capitalismo de plataformas, tem resultado no acirramento da precarização do trabalho no Brasil, bem como sua conformação enquanto economia periférica e dependente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresenta uma análise das bases estruturantes do capitalismo latino-americano, destacando a dependência e a superexploração como categorias-chave para compreender a realidade da região. Em contexto de crise capitalista, a América Latina, especialmente o Brasil, enfrenta desafios estruturais profundos decorrentes de sua inserção no sistema capitalista mundial. A dependência econômica, enraizada em sua história colonial e reforçada pelo modelo de capitalismo periférico, molda suas condições de desenvolvimento. O desemprego estrutural, aliado ao racismo estrutural, tornou-se uma

ferramenta para manter os salários baixos e a jornada de trabalho estendida, contribuindo para a reprodução das desigualdades sociais.

Ao analisar a realidade brasileira, o artigo destaca o fenômeno do subimperialismo, evidenciando a posição central do Brasil nesse contexto. A estrutura jurídica, institucional e econômica do país reflete sua inserção hierarquizada na economia global, com características distintas, porém integradas, ao restante da América Latina.

A dependência e a superexploração emergem como fundamentos estruturantes do capitalismo latino-americano, delineando as trajetórias e contradições da classe trabalhadora na região. Enquanto a dependência perpetua a subordinação das economias periféricas aos interesses dos centros capitalistas, a superexploração da força de trabalho se manifesta como um mecanismo crucial para a acumulação de capital nessas condições, uma vez que a acumulação de capital se realiza à custa da violação do valor da força de trabalho, especialmente nos países periféricos.

Portanto, a compreensão dessas categorias é essencial para contextualizar as condições socioeconômicas e políticas da América Latina e do Brasil, evidenciando as raízes profundas da desigualdade e da exploração que moldam a realidade dessa região. Além disso, nos permite compreender a realidade da classe trabalhadora numa região marcada pela dependência e pela superexploração da força de trabalho, que resulta, dentre outros elementos, na precarização e desproteção do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *Dimensões da precarização do trabalho*: ensaios de sociologia do trabalho. São Paulo: Projeto Editorial Praxis, 2013.

ALVES, Giovanni. *Dimensões da reestruturação produtiva*: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª Ed. Londrina: Práxis, 2007.

ANTUNES, Ricardo. *Capitalismo pandêmico*. São Paulo, Boitempo, 2022.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 11. ed., São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

ANTUNES, Ricardo. *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2010.

ANTUNES, Ricardo. *Prefácio*. In: MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e (des)valor no capitalismo de plataforma: três teses sobre a nova era de desantropomorfização do trabalho. In: Ricardo Antunes. (Org.). *Icebergs à Deriva*. São Paulo: Boitempo, 2023, v.1, p. 13-39.

ASSIS, Eliane Santos de. *A fundamental radicalização e racialização da questão social para um projeto profissional antirracista no serviço social*. 2022. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

BRETTAS, Tatiana. *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. A crise do capitalismo dependente brasileiro. In: MACÁRIO, Epitácio. et all. (Orgs). *Dimensões da Crise Brasileira: dependência, trabalho e fundo público*. Fortaleza: EdUECE; Bauru: Canal 6, 2018.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: MARTINS, Carlos; VALENCIA, Adrián (Orgs.). *A América Latina e os desafios da Globalização: ensaios em homenagem a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro. Ed. PUC Rio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. *Revista Aurora, [S. l.]*, v. 3, n. 2, 2010. DOI: 10.36311/1982-8004.2010.v3n2.1226. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1226>. Acesso em: 15 mar. 2024.

FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. *Superexploração e Racismo no Brasil: Diálogos e Questões*. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2022.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Zahar, 1968.

LÊNIN, Vladimir. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1985.

LIRA, Terçália Suassuna Vaz. *A (des) proteção social à infância e adolescência no Brasil*. 1. ed. Campina Grande: Eduepb, 2022.

LIRA, Terçália Suassuna Vaz. A persistente exploração do trabalho infantil na América Latina e a falácia da erradicação. *Qualitas Revista eletrônica*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 145–166, 2020. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/QUALITAS/article/view/2592>. Acesso em: 23 fev. 2024.

LIRA, Terçália Suassuna Vaz. *O sentido do trabalho infantil doméstico: particularidades e contradições na esfera da reprodução social nas economias periféricas dependentes*. Campina Grande: EDUEPB, 2020.

LIRA, Terçália Suassuna Vaz. Superexploração da força de trabalho, crise mundial e golpe de estado no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3211/321158845015/html/index.html>. Acesso em: 12 dez. 2023.

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil. *Revista Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n. 32, p. 119–141, 2012.

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil: Evidências da história recente. In: Niemeyer Almeida Filho. (Org.). *Desenvolvimento e dependência*: Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília/DF: IPEA, 2013, v. 1, p. 144–165.

MANDEL, Ernest. O Estado na Fase do Capitalismo Tardio. In: *O Capitalismo Tardio*. Trad. Carlos Eduardo S. Matos et al. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017. DOI: 10.9771/gmed.v9i3.24648. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R. Stédile J. P. (orgs) *Ruy Mauro Marini, vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Burguesia e capitalismo no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1995.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo à teoria da transição*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do. Reestruturação do capital, fragmentos do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas do Serviço Social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. A crise do capital e consequências societárias. *In: Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. *In: CFESS; ABEPSS. (Org.). Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília/DF: CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1, p. 667-700.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2013.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 23ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 390.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

SANTOS, Josiane Soares. *Questão Social: particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Sheyla Suely de Souza. Expressões contemporâneas do imperialismo e desafios à sua análise. Florianópolis: *Katálisis*, v. 24, n.2, p. 427-437, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/Gg8wjw4vLMYTxX4b4MHmDf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SODRÉ, Nelson Weneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

SOUTO MAIOR, Nívea Maria Santos; VIDIGAL, Viviane. Em modo de espera: a condição de trabalho e vida uberizada. *Revista Katálisis*, Santa Catarina, v. 25, n. 01, p. 62-72, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/VWSTX7d8TZNVyD8sQ4WqLqv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abril. 2024.

TAVARES, Maria Augusta. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.

TROTSKY, Leon. *A Revolução Russa*. São Paulo, Informação, 1989.

TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sundermann, 2007a.

Dados de autoria

Anna Raquel Andrade Gonzaga

Bacharel em Serviço Social; Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (PPGSS/UEPB). E-mail: anna.gonzaga@aluno.uepb.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-2443-4014>.

Mikaele De Vêras Matias

Bacharel em Serviço Social; Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (PPGSS/UEPB). E-mail: mikaele.matias@aluno.uepb.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-2472-4502>.

Terçália Suassuna Vaz Lira

Doutora em Serviço Social; Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (DSS/UEPB) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UEPB); E-mail: tercalialira@servidor.uepb.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3852-0258>.